

Aspectos da representação de Marco Túlio Cícero nos compêndios de História Universal do Ensino Secundário na Primeira República Brasileira (1889-1930)

Aspects of the representation of Marcus Tullius Cicero in textbooks on Universal History of the Secondary Education in the First Brazilian Republic (1889-1930)

André Luiz Cruz TAVARES*

Resumo: O artigo tem como objetivo o estudo das origens e das características da representação de Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) nos compêndios de História Universal utilizados no Ensino Secundário durante a Primeira República do Brasil (1888-1930), bem como a utilização dessa representação na construção identitária nacional republicana brasileira no início do século XX.

Palavras-chave: Cícero – República – Brasil.

Abstract: This paper aims to study the origins and characteristics of the representation of Marcus Tullius Cicero (103-46 BC) in textbooks on Universal History used in Secondary Education during the First Republic of Brazil (1889-1930), as well as use of this representation in the Brazilian republican national identity construction in early twentieth century.

Keywords: Cicero – Republic – Brazil.

Introdução

Moses Finley, no conhecido livro *A Política no Mundo Antigo*, afirma categoricamente que, se existe um período em que os atores políticos definiram com incomum clareza seus propósitos políticos e seus respectivos posicionamentos sociais, esse período é, sem sombra de dúvida, aquele relacionado às últimas décadas da era republicana romana antiga (FINLEY, 1997, p.13-14). Diante dos efeitos devastadores das convulsões sociais e do impacto das disputas militares internas que acabaram minando a credibilidade das instituições republicanas romanas no primeiro século antes de Cristo, esses atores políticos antigos não tiveram outra opção se não demarcar com extrema vivacidade suas propostas políticas e institucionais, bem como apontar com rara convicção e certeza as possíveis soluções para os problemas e conflitos que permearam as décadas que antecederam o advento do Principado Romano.

* Mestre em História – Doutorando em História - Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Univ. Estadual Paulista, Campus de Franca, CEP: 14409-160, Franca, São Paulo - Brasil. Bolsista FAPESP, sob orientação da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho e da Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva. E-mail: andrelctavares@yahoo.com.br

E nesse conturbado contexto, aquele que melhor expressou as preocupações e os anseios políticos da aristocracia oligárquica que então dominava os ameaçados quadros institucionais republicanos romanos foi Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.). Segundo Ciro Flamarion Cardoso (1998, p. 69-88), Cícero foi um político de reconhecida atuação durante a fase mais violenta e incerta da era republicana romana, e seus escritos, tratados e estudos produzidos durante esse período evidenciam mais que a simples defesa do regime republicano e de suas instituições: suas obras destacam principalmente a importância da manutenção do poder aristocrático como fundamento da ordem republicana. De sua ampla produção intelectual e epistolar, duas obras se destacam nesse sentido: o *De re publica (Da República)*, escrito entre os anos de 54-52 a.C., e o *De Legibus (Das Leis)*, escrito entre 51-43 a.C.. No primeiro livro, Cícero expõe suas reflexões político-filosóficas sobre o regime de governo republicano romano centrando sua argumentação na defesa do caráter aristocrático dessas instituições. Já na segunda obra, considerada como uma continuação da primeira, Cícero apresenta suas reflexões sobre o ordenamento jurídico romano existente pautado na primazia do poder político senatorial como fator de estabilidade e ordem para a república romana.

Dessa forma, o conjunto dessas obras citadas nos indica que, para Cícero, a ordem republicana somente seria mantida se o poder político (a *auctoritas*) permanecesse nas mãos daqueles preparados para governar, ou seja, nas mãos dos *optimates*, os membros mais tradicionais e virtuosos da aristocracia romana.

Entretanto, essa imagem de defensor do poder aristocrático romano naturalmente atrelada à figura de Cícero nem sempre foi uma constante no imaginário político ocidental. Mesmo não havendo dúvidas sobre sua intransigente defesa do caráter aristocrático da república romana, tanto sua imagem quanto sua obra foram amplamente ressignificadas no mundo político contemporâneo, com o objetivo de atender as necessidades e interesses de certos grupos e setores sociais. Esses interesses eram muitas vezes diferentes e até contrários àqueles defendidos pelo antigo filósofo e magistrado romano. A utilização dessa ressignificação ciceriana esteve presente também no universo político republicano brasileiro, especialmente nos movimentos oficiais de construção identitária que surgiram após a derrubada do regime imperial em 1889. O que mais nos interessa nessa análise, pautada na observação do conteúdo de certos compêndios de História Universal utilizados na rede de ensino pública brasileira nas primeiras décadas do século XX, é que essa versão instrumentalizada de Cícero, a partir de uma visão particular da história republicana romana, acabou fortemente atrelada aos ideais democráticos defendidos pela plebe e pelos setores sociais mais carentes de

Roma, transformando Marco Túlio Cícero no verdadeiro “herói” democrático antigo, defensor incontestado dos direitos fundamentais e da participação política popular. O que temos nessa representação, portanto, é a exposição de uma verdadeira contraparte histórica do personagem político “original” e consagrado, que era, por sua vez, essencialmente aristocrático e conservador do ponto de vista político e social. Dessa forma, nosso principal objetivo nessa comunicação é delinear algumas considerações sobre as influências e os interesses que guiaram a confecção dessa representação democrática de Cícero nesses manuais didáticos brasileiros para, num segundo momento, refletir sobre a importância dessa representação para o movimento de criação de uma nova identidade nacional nas primeiras décadas do século XX, republicana e cidadã, diferente daquela concebida e implementada durante o Período Imperial brasileiro.

A Primeira República no Brasil e o Liberalismo Oligárquico

A Primeira República foi um período sem igual na história do Brasil contemporâneo. Inaugurada em 1889 num golpe de Estado, resultante da articulação política de diversos segmentos sociais, como os fazendeiros do café, os militares e os bacharéis, a República brasileira nasceu de uma série de reivindicações e protestos que colocaram em xeque as antigas instituições imperiais.

Segundo Angela de Castro Gomes (2009), dois eventos institucionais acabaram delineando toda a cultura política da Primeira República brasileira. O primeiro deles ocorreu ainda no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca e foi concretizado com a aprovação de um novo texto constitucional para o Brasil, em 24 de janeiro de 1891. Inspirada na Constituição norte-americana, essa nova carta constitucional acabou por definir e estabelecer os parâmetros institucionais que marcariam todo o período: o estabelecimento no país de um regime político republicano, presidencialista e federativo, pautado, por sua vez, numa concepção política liberal e democrática que, nos anos seguintes, se desenvolveu de forma muito peculiar e limitada.

O segundo pilar da cultura política republicana foi estabelecido durante o governo do quarto presidente, o paulista Campos Sales (1898-1902), com a inauguração da chamada “Política dos Governadores”. Segundo Ana Luiza Backes (2006), Campos Sales, ao determinar a primazia do Poder Executivo sobre os outros poderes do Estado, procurou consolidar as forças políticas dominantes nos estados – as chamadas oligarquias estaduais – prestigiando-as e apoiando-as contra os setores de oposição. Em

troca, exigia o apoio irrestrito dessas oligarquias junto às decisões do governo federal. O instrumento utilizado por Campos Sales e seus sucessores para executar essa estratégia política foi o controle da *Comissão Verificadora de Poderes*, órgão do Poder Legislativo controlado pelo Executivo encarregado de verificar os resultados eleitorais e determinar aqueles que seriam diplomados ou “degolados”, medida que impôs ao Legislativo uma condição de severa subserviência e controle que, por sua vez, incapacitava a formação no plano federal de qualquer oposição significativa contra as medidas do Executivo.

E foi dessa forma que as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais conseguiram afastar de vez os setores oposicionistas do poder e instaurar mecanismos econômicos legais voltados quase que exclusivamente para os interesses da cafeicultura, incisivamente representados no plano político pelos Partidos Republicanos Paulista e Mineiro, cuja hegemonia não encontrou rivais de peso nos quadros oligárquicos de outros estados nesse período, geralmente divididos e enfraquecidos por disputas político-partidárias internas.

Esse conjunto de inovações no plano político-institucional acabou por formatar a ação governativa e a cultura política republicana subsequente, consolidando o chamado *Liberalismo Oligárquico*, marca indelével do regime nas primeiras décadas do século XX. Maria Efigênia Lage de Resende (2006, p. 89-120) afirma que tal denominação denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política que, contraditoriamente ao pressuposto teórico republicano de governo destinado a servir a coisa pública, teve seu foco e significado extremamente limitado em relação ao processo histórico de construção da democracia e de expansão da cidadania no Brasil. Menos de 4% da população brasileira estava oficialmente habilitada ao exercício do voto e da participação política. Muitos movimentos populares acabaram encontrando pouco espaço para sua elaboração e divulgação, geralmente obstaculizados e extirpados da pauta política pela forte repressão dos órgãos de segurança pública do Estado. Nos municípios, o coronelismo corroborava o poder das oligarquias estaduais por meio do controle eleitoral e da coerção econômica da população, predominantemente rural e analfabeta. No início da década de 1920, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a tão sonhada república inaugurada em 1889 mostrava sinais claros de suas limitações no plano democrático, trazendo em sua esteira um clima generalizado de grande decepção e desconfiança em relação aos princípios libertadores republicanos que haviam derrubado o Império. Os republicanos históricos, ou seja, aqueles intelectuais e

bacharéis que vivenciaram a campanha republicana e a derrubada do Império, eram aqueles que mais sentiam e expressavam esse clima de desilusão e descontentamento com o rumo tomado pela República brasileira.

Nesse contexto, especialmente marcado pelo sentimento de descrédito em relação à política, orbitavam no imaginário coletivo político brasileiro várias propostas e projetos políticos que tentaram definir e consolidar uma nova identidade nacional para o “novo” Brasil republicano. Todas essas propostas partilhavam a missão de instaurar uma nova ideia de nação no Brasil da época, uma nação republicana e cidadã, compatível com os novos tempos.

Não trataremos aqui da totalidade das propostas identitárias que surgiram durante a Primeira República. Concentraremos nosso foco na proposta identitária considerada oficial, ou seja, naquela que partiu dos órgãos e instituições vinculadas ao Estado que, por sua força, excelência e abrangência, ocupava posição privilegiada na disputa das representações que buscavam a hegemonia no imaginário coletivo nacional da época. Sendo a educação pública a principal ferramenta da disseminação dessa proposta (NAGLE, 2009), encontramos nos manuais e compêndios didáticos as principais prerrogativas que delinearão e estruturaram essa proposta identitária, divididas, grosso modo, da seguinte maneira: enquanto os manuais do Ensino Primário se dedicavam ao ensino da História da Pátria e de seus “heróis” republicanos, no Ensino Secundário, considerado um segmento de ensino voltado para a formação das elites políticas brasileiras, os compêndios tratavam dos temas relacionados ao desenvolvimento histórico humano geral, ou seja, trabalhavam-se nesse segmento de ensino os temas relacionados à História Universal. A História Antiga era justamente ensinada nesse segmento de ensino, presente já no início do programa de conteúdos dos compêndios aqui estudados. Dessa forma, devemos tratar esse segmento como *locus* privilegiado das representações da História Romana Antiga e, conseqüentemente, da representação ciceriana presente em seus conteúdos.

A escolha desses compêndios do Ensino Secundário foi orientada por vários motivos: ora pela importância e relevância intelectual de seus autores (Maya, 2009), ora pela grande difusão e uso desses manuais no período estudado, ficando latente, portanto, a ideia de que esses manuais expressam, em linhas gerais, um padrão de narrativa encontrado também em outros materiais pedagógicos da mesma natureza.

Dessa forma, os compêndios escolhidos para essa análise foram o *Elementos da História Universal* (1923), editado pela F.T.D. (Frère Théophile Durant), dos Irmãos Maristas, um dos compêndios mais utilizados durante o período, e o *Noções de História*

Universal - resumos das lições professadas na Escola Normal (1920), dos professores Joaquim Osório Duque-Estrada e Leôncio Correia, cujos autores, além de serem republicanos históricos e intelectuais de prestígio no período, também ocuparam cargos docentes e administrativos naquele que era considerado o modelo de instituição de ensino secundário na Primeira República: o Colégio Pedro II.

A essência do ensino da História Universal durante a Primeira República era fornecer subsídios científicos que corroborassem a inserção do Brasil em um movimento civilizatório mais amplo, cujo centro de referências estava na cultura europeia contemporânea (em especial, na cultura francesa) e que, por sua vez, deitava suas raízes nos primórdios da Antiguidade Clássica Greco-romana. A História do Brasil era, nessa perspectiva, um desdobramento natural da evolução política do Ocidente. Além disso, buscavam-se na História Universal as razões que explicassem não só as origens da República no universo político ocidental, mas também as características do melhor modelo republicano que a História poderia oferecer naquele momento ao mundo contemporâneo.

A História Romana

E dentro dessa perspectiva, a História Romana Antiga ocupava um papel muito bem definido. Segundo os compêndios de História Universal, cada civilização antiga *apresentava instituições sociais com características básicas*, o que poderíamos chamar de uma espécie de “marca” fundamental e indelével que guiaria o desenvolvimento de cada uma delas ao longo do tempo. Tal tipologia elevava o estudo da civilização romana a um *status* único e privilegiado do ponto de vista político na Antiguidade, como vemos a seguir na passagem destacada do Compêndio Correia/Duque-Estrada:

As instituições características dos Hebreus foram as *religiosas*; as dos Gregos *as artes, a philosophia e as sciencias*; as dos Romanos *a política e o direito*. É, pois, atravez do desenvolvimento de taes instituições que devemos estudar o gênio e o caráter de cada uma das civilizações elaboradas por aquelles povos (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 7).

Já o Compêndio F.T.D. desenvolveu a seguinte exposição sobre a importância da História Romana:

[...] De todo o mundo antigo, é a civilização romana que mais nos interessa, porque foi ella que mais influencia exerceu sobre nós; todos nossos jurisconsultos meditam e aprofundam sua admirável sciencia do direito; copiamos sua vigorosa e poderosa administração central e municipal; estudamos seus grandiosos monumentos, sua literatura tão bella e cheia de bom senso, sua língua, enfim, mãe da nossa língua portugueza (F.T.D., 1923, p. 119).

Fica evidente, portanto, que o papel da História Romana Antiga nos compêndios, tendo em vista o desenvolvimento de suas instituições particulares, seria a de servir de *modelo político e jurídico* para as nações modernas e contemporâneas. Esse “papel” da História Romana antiga, essa “função” determinada claramente nos manuais aqui abordados é um dos pontos mais importantes dessa ressignificação do passado romano, pois essa representação, que pode ser vista como uma simples consequência do caráter literário clássico humanista que orientava a educação secundária, evidencia não só essa tendência humanística clássica óbvia, mas também a escolha estrategicamente tomada pelos autores (nacionais e estrangeiros) sobre a definição de uma “origem” que permitisse conferir aos sistemas republicanos contemporâneos uma legitimidade e continuidade histórica “inquestionáveis”: a opção adotada pelos autores dos compêndios foi atribuir ao povo romano antigo (e ao seu prestigiado legado cultural) a responsabilidade de fornecer *o modelo de organização ideal para as comunidades políticas do século XX*.

Assentada na experiência vivenciada pelos romanos, a República romana surge nos compêndios como o ápice dessa civilização, uma verdadeira época de ouro envolta em valores cívicos da maior grandeza. Relata o compêndio F.T.D.:

Pelos costumes dos Romanos, vemos como um povo prospera e como dechae. Nos bellos tempos da República, o povo romano era composto de lavradores e soldados, inimigos da molleza e do luxo, affeitos á frugalidade, aos sacrificios, observadores do respeito, da obediência, da disciplina, da constancia, da coragem, da abnegação. Mas tarde, as riquezas e os prazeres corromperam os costumes e produziram depois dos Antoninos e no Baixo Império (Império do Oriente) o mais abjecto aviltamento (F.T.D., 1923, p. 119).

A “República Democrática Romana”

Um dos pontos de destaque da narrativa dos compêndios nessa descrição da História Romana está presente na explicação da instauração do regime republicano romano. Fica muito perceptível que os autores descrevem a expulsão da realza etrusca

e a proclamação da República Romana não como um golpe desferido pela aristocracia patricia contra os monarcas estrangeiros, mas como um *movimento essencialmente popular*, contraditoriamente encabeçado por dois representantes da aristocracia patricia romana. A implantação do regime republicano de governo, mesmo sendo inicialmente descrita como uma iniciativa do grupo aristocrático, foi fruto, segundo os compêndios, de um movimento das massas, uma revolta social popular enaltecida pela defesa da honra vilipendiada de Lucrecia pelos “estrangeiros”, fato que desencadeou uma série de mudanças estruturais na economia e nos costumes da sociedade romana. É importante ressaltar também que o Senado romano, bem como a ação dos cônsules e magistrados, são pouco citados ao longo de toda a descrição da história romana, talvez como um artifício de confirmação desse “aspecto popular” da República Romana. Sobre a origem da República romana, afirma o compêndio F.T.D. e o Correa/Duque-Estrada, respectivamente:

[...] Estabelecimento da republica: Afim de substituir os reis, *o povo romano*, reunido em seus comícios, creou 2 cônsules. Eleitos por um anno, esses dois cônsules tinham mais ou menos os poderes e as honras da realeza (itálico nosso. F.T.D., 1923, p. 78).

[...] A república era, pois, aristocrática e patricia. [...] Deu-se então uma revolta dos plebeus, que se retiraram para o monte sagrado (o Aventino), de onde só voltaram depois de conseguirem a nomeação de dous magistrados annuaes (tribunos da plebe), escolhidos entre os plebeus e encarregados de *defender os interesses populares* (itálico nosso. CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 90).

Dessa forma, fica latente a classificação do sistema republicano romano como um sistema de governo cujo *poder estava centrado no povo*, uma verdadeira *república democrática*, sendo que seu aprimoramento seguiu necessariamente a progressiva conquista de direitos políticos por parte dos plebeus. Essa tendência popular do governo republicano romano foi levada ao extremo nos compêndios, como podemos perceber nos trechos seguintes:

Gravado em 12 taboas de bronze, este código foi chamado a *lei das doze taboas*. Proclama a igualdade civil, isto é, que a mesma lei se aplica a todos os cidadãos sem distinção; [...] Reconhece ainda o princípio de *soberania do povo*. « O que o povo ordenar em ultimo lugar será lei » (F.T.D., 1923, p. 79).

Tentando oppôr-se ainda ás pretensões da plebe, trataram os patricios de criar novas magistraturas, como a *censura*, a *pretura*, a *edilidade* e a *questura*; mas, graças aos esforços dos tribunos, foram os plebeus

adquirindo o direito de aspirar a todas ellas, e até mesmo ao consulado, conseguindo, por fim, as próprias funções de pontífices. Esta ultima conquista estabeleceu definitivamente a egualdade política e religiosa das duas classes e instituiu em Roma a verdadeira *republica democrática* (302 a.C.). A luta entre patrícios e plebeus havia durado dous séculos (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 91).

Por outro lado, a descrição do advento do sistema imperial romano de governo nos manuais estudados não compartilha dessa mesma conotação, apresentando, inclusive, uma narrativa inversa à adotada na descrição da implantação da República romana: se, por um lado, a instauração da República foi resultado de um movimento popular, as “sementes” do Império romano foram criadas pela guerra civil que, por sua vez, tem sua origem ligada aos conflitos internos relacionados à questão da cidadania romana e às rivalidades e disputas vivenciadas pelos principais generais de Roma durante o século I a.C..

O fim da República Romana

Todavia, segundo os manuais, quais foram as razões que promoveram a depreciação dos valores políticos e morais republicanos e o surgimento do sistema imperial em Roma?

Esta resposta pode ser encontrada na forma como as *conquistas territoriais romanas* foram tratadas pelos autores dos manuais. Em última instância, essas conquistas, iniciadas no princípio da época republicana, são interpretadas como uma das principais causas da derrocada do sistema republicano romano e, num contexto mais amplo, da própria “civilização” romana. O compêndio Correa/Duque-Estrada estabeleceu que

A luta de Roma e Carthago é um facto de grande importância e graves consequências, porque paralizou a assimilação dos povos italianos, desorientando a política romana, cuja força e originalidade residia na idéia nacional.

Offuscada essa, a Republica teve que imitar o typo carthaginez. A oligarchia que d’ahi nasceu, dominando imperialmente as províncias, desorganizou a ordem social, acarretou a ruína do regimen republicano, a sua dissolução num império, e o abortamento do plano tão admiravelmente iniciado (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 93).

Sobre o fim da República romana, o compêndio F.T.D. compartilhava da mesma explicação:

[...] Decadência moral e política – Dora em diante, Roma era o árbitro do mundo. Mas tantas conquistas produziram tristes resultados; houve primeiro uma decadência moral. Roma era em demasia rica e poderosa. « Para vingar-se, o mundo nos deu seus vícios, » disse o poeta Juvenal. O Oriente trouxe a Roma seu luxo, sua molleza, suas supertições infames; a Grécia, sábia e corrupta, ensinou aos Romanos a impiedade e a depravação. Então, desapareceram para sempre os costumes antigos, rudes e austeros, as velhas crenças, o respeito da divindade e da religião (F.T.D., 1923, p. 79).

Como visto, o *contato com os povos de fora da Península Itálica*, por meio da força do avanço militar e da conquista territorial, trouxeram, segundo os compêndios aqui estudados, as “sementes” para a desagregação do sistema republicano de governo. Para Leôncio Correia e Duque-Estrada, a política imperialista romana fora das fronteiras itálicas era contrária aos ditames republicanos, pois colidia, segundo os autores, com uma ideia curiosa, mas visivelmente clara, de que o Estado romano encontrava na Península suas “fronteiras naturais”.

Cícero e a República Democrática Romana

Uma figura histórica de peso ganhou ainda mais destaque nessa descrição histórica romana presente nos compêndios, não só por suas ações voltadas para a defesa do sistema republicano romano de governo, mas também por sua importante produção intelectual que, em seu conjunto, acabou definindo parte do legado cultural e político de Roma: essa figura é nada mais nada menos que Marco Túlio Cícero. Cícero foi representado nos manuais como o grande ícone da época e das “virtudes” republicanas democráticas, sendo apresentado com uma exposição tão magnânima que sua figura chega até a eclipsar, em certos momentos, a própria pessoa e legado de Augusto dentro do conjunto dessas narrativas. Ao comentar sobre a cultura romana, os manuais deixam transparecer essa tendência, em especial o compêndio Correa/Duque-Estrada:

O gênio romano culminou em Cícero, que é toda uma bibliotheca de obras primas: é a idade de ouro da literatura latina, impropriamente chamada de *século de Augusto*, porque começa verdadeiramente muito antes d'elle e é de preferência o século de Cícero e de César (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 108).

Em relação ao *cursus honorum* de Cícero, os dois compêndios são unânimes em declará-lo como o grande defensor das instituições republicanas e o maior inimigo

daqueles que pretendem usurpar o poder, sendo considerado nos textos como o *Pai da Pátria*, o grande herói republicano de Roma:

[...] Conjuração de Catilina – Um jovem patricio, Catilina, devasso, sobrecarregado de dívidas, tentou então assenhorar-se do poder e saquear Roma. O mais eloquente orador romano, *Cícero*, cônsul naquele tempo, descobriu a conspiração atacou-a em pleno senado na celebre oração denominada *primeira catilinária* e reprimiu-a pela morte dos conjurados; por este serviço, recebeu do senado o título de Pae da Pátria (62) (F.T.D., 1923, p. 109-110).

[...] Cícero é o maior dos oradores judiciários e, ao mesmo tempo, poeta, philosopho, jurisconsulto, epistolographo, cônsul, magistrado, administrador das províncias e salvador da Republica (CORREIA; DUQUE-ESTRADA, 1920, p. 110).

Sua prestigiada vida e trajetória política só encontrariam fim diante da formação do segundo triunvirato composto por Otaviano, Lépido e Antônio, sendo este último responsável pelo mando de sua morte, justificada por sua manifesta oposição de Cícero contra o general:

Esses triunviros não imitaram a clemência de César: fizeram listas de proscrição contra seus adversários. Antonio exigiu a cabeça de Cícero e estava na mesa quando recebeu este despojo sangrento; a cruel *Fulvia*, sua mulher, furou com uma agulha a língua eloquente que pronunciara as *Philíppicas* contra Antônio (F.T.D., 1923, p. 98).

Influências da Representação Ciceriana

Chegamos finalmente à análise das influências filosóficas, políticas e conceituais que guiaram a confecção dessa representação ciceriana presente nos compêndios didáticos aqui elencados como fontes primárias contemporâneas.

Para a confecção de tal representação “democrática”, os autores dos compêndios se serviram de dois grandes referenciais que serviram de modelo para a ressignificação da História Romana Antiga: num plano filosófico-conceitual mais amplo, temos, de um lado, *a influência da tríade conceitual derivada das experiências e reflexões iluministas ligadas à Independência norte-americana e à Revolução Francesa* e, por outro lado, e do ponto de vista político mais prático, temos *a forte influência do nacionalismo político francês* que surgiu e consagrou-se no universo político ocidental a partir do final do século XVIII.

Sobre a primeira influência filosófica e política, Modesto Florenzano (2005, p.45-66) nos informa que os conceitos de república, democracia e representação, que para os olhos contemporâneos aparentam sólida indissociabilidade, eram irreconciliáveis até meados do século XVIII. Com as revoluções norte-americanas e francesa, ocorreu a fusão conceitual desses três elementos, graças às reflexões de Thomas Paine (que foi o precursor na identificação e associação da república com a democracia representativa) e Robespierre (pioneiro na conotação positiva do conceito de democracia). O republicanismo ideológico passou a apresentar características até então inéditas no pensamento político e o “espírito” democrático, alicerçado no sistema representativo, passou a ser entendido como a fonte soberana do poder do governo. Essa marca pode ser facilmente percebida ao longo da representação da História Romana presente nos compêndios, onde o caráter democrático da república romana extrapolou qualquer limite imposto pelo caráter aristocrático oligárquico próprio do período. O objetivo de tal perspectiva nos parece claro: o estabelecimento de uma “longevidade” desse regime de governo que, por meio de uma tradição inventada (HOBSBAWN; RAGER, 1997), corroboraria, com o peso e o brilho do legado clássico romano, as escolhas que deveriam ser tomadas no mundo político contemporâneo. Daí a necessidade de aplicação dessa tríade conceitual, filha do Iluminismo do século XVIII, no passado republicano romano antigo.

O nacionalismo político francês do final do século XVIII foi a outra grande influência que norteou a elaboração da representação da história romana e da figura histórica de Cícero nos compêndios analisados. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, no livro *A Questão Nacional na Primeira República* (OLIVEIRA, 1990), tal matriz nacionalista surgiu das reflexões racionalistas de Jean-Jacques Rousseau. Segundo a autora, essa doutrina, que visava em última instância a constituição simbólica da nação, privilegiava a ação do legislador e do homem de Estado como catalisador desse processo de integração de diferentes populações em uma comunidade política. Filiado à tradição iluminista e liberal, esse nacionalismo surgiu como parte integrante de um movimento pela liberdade individual, com o objetivo de eliminar diferenças e privilégios de base aristocrática, o que implicava a adesão formal do indivíduo ao Estado, a existência e o respeito às leis e o direito à cidadania. A representação de Marco Túlio Cícero analisada nesse trabalho se encaixa perfeitamente nesses moldes estabelecidos pelo nacionalismo político francês que, mesmo estando cronologicamente distante do período de publicação dos compêndios, estabelece estreita correspondência e relação com a representação ciceriana estudada, ou seja, com a figura do legislador responsável pela

regulação política da sociedade, cuja ação deveria estar subordinada à ética e à virtude para formação de cidadãos livres, submetidos às leis por eles criadas.

Assim, e para finalizar, consideramos que esse conceito “democrático” embutido tanto na História Republicana Romana quanto na representação da figura de Marco Túlio Cícero pode ser entendido não só como uma simples adesão a certos postulados políticos e filosóficos vigentes em sua época de produção, mas também como uma projeção dos anseios dos autores dos manuais sobre as características essenciais que deveriam ser efetivamente implantadas no regime de governo republicano inaugurado no Brasil em 1889: o princípio da soberania popular do poder, o respeito às leis e a expansão da prática eleitoral para a efetivação da representatividade política.

E para o fortalecimento dessa tendência democrática presente na estrutura narrativa encontrada nos compêndios o recurso utilizado foi aquele que envolveu e enalteceu a representação da figura de Marco Túlio Cícero. O destaque de sua figura nos textos que descrevem a República Romana nos mostra a trajetória de um homem extremamente comprometido com a integridade das instituições republicanas democráticas, cuja formação e ação política singular lhe conferiram o título de “pai da pátria”. Elevado ao papel de “herói” republicano, não só por sua atuação política exemplar, mas também por ser considerado um dos maiores autores clássicos do mundo antigo, sua representação constituiu uma das bases da descrição da “república democrática romana”, transformando sua trajetória política em exemplo virtuoso a ser seguido pelas futuras classes políticas brasileiras gestadas durante a nossa Primeira República.

Referências Bibliográficas

Documentação

CICERO. *De re publica (On the Republic), De legibus (On the Laws)*. Great Britain: Loeb Classical Library, 2000.

CORREIA, Leôncio; ESTRADA, Joaquim Osório Duque. *Noções de História Universal* - resumos das lições professadas na Escola Normal. Rio de Janeiro, 1920.

F.T.D. *Elementos da História Universal*. F.T.D.: Rio de Janeiro, 1923.

Obras gerais

BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana – repensando o Pacto* Campos Sales. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade, crise política e discurso histórico-literário na Roma Antiga. *Phoênix* (Laboratório de História Antiga – UFRJ), Rio de Janeiro, n.4, p. 69-88, 1998.

FINLEY, Moses. *A Política no Mundo Antigo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1997.

FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – história) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia). In.: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAYA, Maria Aparecida Vitta. *O Guarda-noturno da literatura brasileira*. Vida e obra de Joaquim Osório Duque-Estrada. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2009.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O Processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano (I)*. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Artigo recebido em 25/09/2011. Aprovado em 15/12/2011.